

Cotação

• Dólar: R\$ 5,86

• Euro: R\$ 6,67



COMUNICAÇÃO

CARAGUATATUBA

GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-Feira • 17 de Abril de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	18 de Abril
• Dia do Lojista de CD • Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores do Campo	• Sexta-feira Santa • Dia de Monteiro Lobato • Dia Nacional do Livro Infantil

Agenda do Prefeito

Hoje	18 de Abril
• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito	• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Jornal Tempo de Prosperidade • Nova Imprensa • Fala Caragua • Ubatuba Times • TV Thati

Índice

Política.....	4
O Estado de São Paulo.....	4
O Estado de São Paulo.....	5
O Estado de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	10
Folha de São Paulo.....	11
Folha de São Paulo.....	12
Folha de São Paulo.....	13
Folha de São Paulo.....	14
Cotidiano.....	15
Tamoios espera 135 mil veículos rumo ao litoral para feriadão de Páscoa e Tiradentes.....	15
Moradores organizam manifestação contra duplicação da Rio-Santos.....	16
Confira resultado do chamamento para food trucks durante festividades de aniversário de Caraguatatuba.....	17
Cursos gratuitos em parceria com Etec de Almoxarife e Estoquista e Recepção e Atendimento têm início.....	18
Cursos, capacitações e parcerias institucionais marcam primeiros 100 dias da Secretaria de Governo.....	19
Rodovia dos Tamoios contará com operação para Sexta-feira Santa e Tiradentes.....	20
Serramar Shopping divulga programação especial de Páscoa, com caça aos chocolates e atividades infantis.....	21
Município assegura continuidade dos exames de tomografia para pacientes em Caraguatatuba.....	22
Programação Aniversário da Cidade.....	23
Caraguatatuba completa 168 anos de Emancipação e divulga Programação de Aniversário.....	23
Divulgação dos Artistas.....	27
Bruna Viola.....	27
Nando Reis.....	28
Bicho de Pé.....	29
Originais do Samba.....	31
Geral.....	32
Polícia Civil faz operação para prender suspeitos de homicídios em Caraguatatuba.....	32
Vídeos Promocionais.....	33
Clipping Eletrônico.....	35
Entrevista com a Presidente do Instituto Surfe, Celia Cristina de Souza, para a TV Câmara.....	35
Jornal Tempo de Prosperidade.....	36

Política

O Estado de São Paulo

Condenações judiciais da União custam caro

Roberto Macedo

A té aqui, o noticiário sobre esse tema despertou muito a minha atenção para os chamados precatórios. Essas e outras condenações foram objeto de um detalhado, interessante e inédito estudo de quatro pesquisadores do Insper: Marcos Mendes, Cristiane Coelho, Marcos Lisboa e Leonardo Barbosa, que motivou uma extensa e esclarecedora reportagem do jornal *Valor Econômico* (9/4, página 10), de autoria da jornalista Jéssica Sant'Ana. O estudo vai muito além dos precatórios e entendendo que merece maior divulgação, inclusive para implementar suas recomendações.

Farei um resumo da reportagem com trechos entre aspas e adicionando comentários pessoais. "O impacto fiscal total das condenações judiciais da União no Orçamento do Executivo passou de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 para 2,5% ao ano, a partir de 2020." As porcentagens citadas podem parecer pequenas, mas o PIB é enorme, cerca de R\$ 11 trilhões, fazendo com que esse custo chegue a centenas de bi-

lhões de reais. Em 2023, o custo total foi de R\$ 366 bilhões e atingiu 3,2% do PIB, um número "(...) distorcido pelo pagamento do estoque de precatórios represado. (...) Embora elevado e crescente, o gasto com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) é uma parte menor desse custo, que inclui despesas pagas diretamente na folha além de perdas de receitas. A maior parte do impacto vem dos benefícios previdenciários e assistenciais concedidos mediante decisão judicial e pagos diretamente via Orçamento Geral da União, ou seja, sem expedição de precatórios e RPVs." "(...) Enquanto a despesa com precatórios e RPVs cresce a partir de 2014, a com benefícios previdenciários e assistenciais concedidos mediante decisão judicial aumenta todo ano na série histórica, ultrapassando a cifra de R\$ 100 bilhões por ano desde 2022". "(...) Em 2010, por exemplo, eram R\$ 48,6 bilhões. (...) Há, ainda, a possibilidade de que os números estejam subestimados, porque o INSS não registra como sendo de decorrência judicial os benefícios concedidos

Já são 2,5% do PIB ao ano, porcentagem que pode parecer pequena, mas o PIB é de cerca de R\$ 11 trilhões, fazendo com que elas alcancem centenas de bilhões

em virtude de ação pública. O instituto trata esses benefícios como concessões administrativas."

"O estudo aponta algumas possíveis causas para o elevado número de benefícios via ação judicial. Uma delas é o problema histórico da fila do

INSS que faz com que mais pessoas entrem na Justiça. Também há uma tendência de o Judiciário ser mais benevolente ao analisar os pedidos, abrindo espaço para concessões a indivíduos não elegíveis". "(...) Por fim, eles apontam também as fragilidades das legislações previdenciária e assistencial e nos critérios dos exames periciais, o que incentiva uma 'indústria de ações judiciais, com escritórios especializados em explorar novas teses que eventualmente encontram tribunais receptivos'". Eu acrescentaria que também seria preciso verificar se os advogados da União que tratam do assunto existem em número suficiente e são bem treinados para defendê-la na Justiça.

Mais um impacto vem das compensações tributárias. "Quando um contribuinte vence uma ação contra a União referente a uma questão tributária, ele tem a opção de escolher entre receber os valores via precatórios ou abater o valor de tributos devidos, (...) que representa uma perda de receita para a União". (...) O impacto dessas compensações era de R\$ 4,2 bilhões em 2010, saltando para R\$ 30,4 bilhões em 2019 e, desde então, crescendo vertiginosamente. O pico foi 2021, com impacto de R\$ 111,2 bilhões. Em 2023, foram R\$ 85,9 bilhões, em valores corrigidos pela inflação". "(...) Esse problema é acompanhado de perto pelo governo federal, que em 2023 editou uma medida provisória que limitou o uso das compensações

estabelecendo (...) prazos para suas realizações".

Noutro trecho, "(...) Os pesquisadores afirmam que soluções para esses problemas não são triviais. 'Procedimentos protelatórios, como teto de pagamento de precatórios ou limitação da compensação de tributos não são soluções, porque não atacam as causas do problema e estimulam mais judicializações'".

Concordo com essas afirmações e também me abalo com a percepção de que centenas de bilhões de reais estão sendo perdidos e que o governo deveria aplicá-los em investimentos em infraestrutura e programas sociais, entre outras finalidades. De fato, trata-se de um dos mais complexos problemas que já vi no âmbito das finanças públicas e foi por isso que me interessei tanto por ele. Também concordo com os autores do estudo quanto ao fato de que as soluções até aqui tentadas não atacam as verdadeiras causas do problema e apenas adiam parte do seu impacto. Espero que o estudo chegue aos que cuidam do assunto na esfera federal e a quem possa cuidar das causas para que atue no sentido de eliminá-las ou reduzi-las substancialmente. Afinal, uma pergunta ainda sem resposta é esta: quem vai encarar o problema e buscar efetivas soluções? E, talvez para complicar ainda mais as coisas, seria o caso de examinar o assunto nos âmbitos estadual e municipal. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD),
CONSULTOR ECONÔMICO DE ENSINO
SUPERIOR

O Estado de São Paulo

Próximo alvo: emissoras públicas

Eugênio Buccì

Depois de disparar contra as universidades e contra a imprensa, a Casa Branca pretende agora atacar as emissoras públicas dos Estados Unidos. As estações de rádio da *National Public Radio* (NPR) e as estações de TV da *Public Broadcasting Service* (PBS) entraram na mira. Estamos falando de dois pilares da comunicação social de toda a América do Norte. A PBS foi formada em 1970 e hoje reúne 365 canais de televisão dedicados à cultura, à educação e ao jornalismo independente e crítico. A NPR surgiu em 1969 e tem 1.041 rádios públicas entre as suas afiliadas, algumas delas em atividade desde a primeira metade do século 20. Um dos pontos altos de sua programação tem sido o jornalismo internacional. As duas entidades provam diariamente que qualidade pode fazer sucesso e se distinguem por não veicularem anúncios publicitários banais, desses que oferecem hambúrguer, pasta de dente, cartão de crédito ou vitaminas em cápsula. Elas não têm fins de lucro. Agora, atraem a fúria de Donald Trump, empenhado em cortar os recursos federais que elas deveriam receber.

A notícia de mais essa agressão contra as liberdades nos Es-

tados Unidos apareceu no *The New York Times* de segunda-feira: "Casa Branca pedirá ao Congresso que retire o financiamento da NPR e da PBS". Na prática, isso significa que cerca de US\$ 1 bilhão deve ser retirado do orçamento da NPR e da PBS. Os repórteres Benjamin Mullin, Tony Romm e Jonathan Swan, do *Times*, ouviram fontes que estão trabalhando diretamente nessas medidas e trouxeram a história ao público. Um furo providencial. É bom poder contar com o jornalismo vigilante e atento.

O site da NPR também deu destaque para o golpe: "Trump planeja ordenar o corte do financiamento para NPR e PBS". O primeiro parágrafo do texto não esconde nada nem exagera nada: "O governo Trump preparou um memorando enviado ao Congresso comunicando sua intenção de encerrar quase todo o financiamento federal para as emissoras públicas, o que inclui a NPR e a PBS, segundo informou um funcionário da Casa Branca que falou com a NPR".

Aqui, vale uma nota sobre o comportamento habitual das emissoras públicas dos Estados Unidos: elas não sonham de sua audiência os ataques que sofrem do governo. Estão certas em agir assim. Ao não abaixarem a cabeça, não aju-

A NPR e a PBS viverão tempos duros. Se souberem enfrentar a sanha autoritária, contribuirão para a causa democrática nos Estados Unidos e no mundo todo

dam o agressor com o silêncio obsequioso. Ao contrário, dão visibilidade total para tratamentos indevidos que, às vezes mais, às vezes menos, recebem dos governantes. A NPR e a PBS sabem que seus ouvintes e telespectadores não são apenas crianças – há adultos na sala. Por isso, quando se trata de contar sobre como se sustentam (ou como não se sustentam), têm o costume respeitoso de tratar os adultos como adultos: compartilham com eles, em primeira mão, o que

eles têm direito de saber; não fazem rapapés de acochambramento com autoridades em prejuízo do direito à informação de que todo cidadão é titular.

Voltando ao país de Donald Trump, onde nuvens carregadas se avolumam no horizonte, o fato é que as emissoras públicas agora são atingidas pelas manobras de um governo que opera sem nenhum escrúpulo para se converter rapidamente em ditadura ordinária. Esse mesmo governo vem promovendo a asfixia das melhores e maiores universidades do país, como Columbia e Harvard. Ambas são privadas, como os ultraliberais gostam de alardear, mas ambas dependem fortemente de verbas federais, como os privatistas preferem esconder. Não se faz pesquisa de qualidade sem apoio governamental, em nenhum lugar do planeta, mas pouca gente parece saber disso.

Contra as universidades, Trump adotou a linha de fazer chantagem aberta, descarada e às vezes consegue o que quer. Columbia aquiesceu, ao menos por enquanto, e fez as mudanças que atendem aos caprichos da Casa Branca. Quanto a Harvard, esta promete resistir. O governo quer retirar US\$ 2,2 bilhões do caixa dessa grande instituição, mas Harvard firmou o pé. Postura digna. A bri-

ga é boa e justa. O desfecho, incerto.

Sinais negativos e positivos aparecem também nas contendas entre o presidente e a imprensa. Do lado dos sinais negativos, o pior talvez seja o anúncio veiculado na semana passada pela maior rede de jornais dos Estados Unidos, a Gannett. Segundo o comunicado oficial da Gannett, os seus títulos se dobraram às pressões da Casa Branca e, entre outras rendições, vão remover menções à diversidade em sua pauta diária.

Entre os sinais positivos está a vitória judicial da agência de notícias Associated Press (AP). Há uma semana, os repórteres da AP recuperaram seu direito de voltar a frequentar os eventos de imprensa na Casa Branca, por decisão de um juiz federal. Desde fevereiro, eles vinham sendo barrados nesses encontros. O motivo? Ora, muito simples: a agência se recusa a mudar o nome do Golfo do México para Golfo da América em seu noticiário.

O panorama é esse. Quadro conturbado. A NPR e a PBS viverão tempos duros. Se souberem enfrentar a sanha autoritária, contribuirão para a causa democrática nos Estados Unidos e no mundo todo. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

O Estado de São Paulo

Gasto crescente com emendas vai travar investimentos da União, estima governo

Recursos indicados por deputados e senadores vão consumir quase metade do espaço destinado a despesas não obrigatórias em 2027 e perto de 100% da fatia prevista em 2028

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

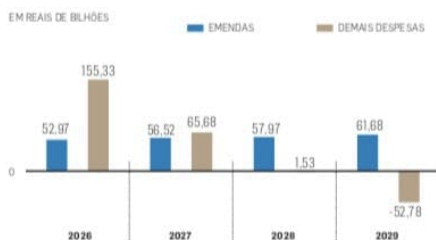
As emendas parlamentares vão consumir cada vez mais o orçamento livre da União e deixar o governo sem dinheiro para gastar em outras despesas como o funcionamento da máquina pública e os investimentos em obras públicas controladas pelo Poder Executivo. De acordo com as estimativas do governo apresentadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOD) de 2026, na noite de anteontem, as emendas vão ocupar quase metade do orçamento das despesas não obrigatórias em 2027, atingir quase 100% do espaço em 2028 e deixar o governo no "negativo" em 2029 – um cenário insustentável.

Hoje, as emendas representam cerca de 25% das despesas livres. O chamado orçamento discricionário, que representa cerca de 7% do Orçamento, é a parcela de recursos que o governo pode administrar livremente, por meio dos ministérios, para investimentos como a construção de rodovias, ações na área de segurança pública e projetos estruturantes nos Estados.

Como mostrou o **Estadão** no último domingo, o valor das emendas parlamentares aprovado para 2025, de R\$ 50,4 bilhões, ultrapassa a soma dos recursos livres para investimentos de 30 dos 39 ministérios do governo federal.

ORÇAMENTO DA UNIÃO

Emendas e demais despesas não obrigatórias



No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o pagamento de emendas apontando falta de transparência e desrespeito às regras fiscais. O governo propôs um limite para o crescimento dos repasses nos próximos anos, mas acabou aprovando regras que garantem um aumento real para as transferências de interesse dos deputados e senadores. Resultado: com um Orçamento cada vez mais restrito, as emendas vão tirar recursos de outras áreas.

AUMENTOS. As emendas vão somar R\$ 53 bilhões em 2026, R\$ 56,5 bilhões em 2027, R\$ 58 bilhões em 2028 e R\$ 61,7 bilhões em 2029. As emendas individuais (indicadas por cada deputado e senador) e de ban-

cada (carimbadas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado) terão um aumento real de até 2,5% ao ano, de acordo com as regras aprovadas em 2024, na esteira das deci-

Garantia
As emendas ganham uma garantia de crescimento que outras despesas não possuem no Orçamento

sões do Supremo. As emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto – revelado pelo **Estadão** em maio de 2021 –, terão reajuste pela inflação.

Na prática, as emendas ganham uma garantia de crescimento que outras despesas não possuem no Orçamento. Ao apre-

sentar o projeto da LDO, o governo admitiu que as contas públicas entrarão em colapso em 2027 se nada for feito. Ao mesmo tempo, não apresentou medidas para resolver esse cenário. Para analistas, ou o Executivo federal faz um ajuste forte nos gastos após as eleições do ano que vem ou terá que rever a regra fiscal.

'NOVAS MEDIDAS'. "A partir de 2027, há um comprometimento que precisa ser endereçado e, neste momento, com as projeções apresentadas, não foi endereçado", afirmou o secretário de Orçamento Federal, Clayton Luiz Montes, durante a coletiva de imprensa para anunciar o projeto da LDO. "Precisamos discutir novas medidas e vamos discutir novas medidas no encaminhando do PLOA (Orçamento, em agosto deste ano). O valor não comporta todas as necessidades do Poder Executivo."

As emendas parlamentares são recursos indicados por deputados e senadores no Orçamento da União. Diferente de outras despesas, o dinheiro vai para onde os congressistas mandam, sem distribuição equilibrada entre os diferentes Estados e municípios do País. Além disso, na configuração atual, acabam tirando recursos de áreas planejadas pelo governo federal e de investimentos estruturantes, priorizando repasses menores e pulverizados.

Na mensagem do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentá-

rias enviada ao Congresso, o governo afirma que, a partir desses números, é possível destacar a compressão das despesas discricionárias em nível relevante, cenário que exige medidas para aumentar receita e revisar gastos obrigatórios. Segundo o Executivo, essas ações são fundamentais para manter políticas públicas relevantes e alcançar as metas fiscais.

Os técnicos da equipe econômica reconheceram o cenário "desafiador" diante dos números que mostram saldo negativo nas despesas discricionárias a partir de 2027.

Na última segunda-feira, o **Estadão** mostrou também que parlamentares destinaram nos últimos quatro anos mais de R\$ 550 milhões em emendas para Estados diferentes daqueles pelos quais foram eleitos. A prática, na avaliação de especialistas, contraria o argumento frequentemente usado pelos próprios parlamentares de que o crescimento dessas verbas se justificaria pelo vínculo com suas bases eleitorais e pelo conhecimento das demandas locais – e também levanta dúvidas sobre a transparência dos recursos, o controle dos repasses e a efetividade do uso do dinheiro.

Embora não seja ilegal, o repasse interestadual entrou no radar do STF. Em agosto de 2024, a Corte proibiu esse tipo de destinação para as emendas individuais do tipo Pix. **COLABORARAM** GIORGIANNA NEVES, FERNANDA TRISOTTI E AMANDA PUPPO

O Estado de São Paulo

Randolfe Rodrigues (PT-AP)

Lula deve impedir 'avanço maior' sobre o Orçamento

— Líder do governo no Congresso afirma que papel da atual gestão é diminuir protagonismo do Legislativo

ENTREVISTA

Senador pelo Estado do Amapá e professor de Direito, é o terceiro líder do governo no Congresso desde o início da atual gestão do presidente

HUGO HENUD

Líder do governo Lula no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) avalia que a eleição de 2026 não será definida pelo eixo tradicional entre direita e esquerda, mas por uma disputa mais profunda entre democracia e autorita-

rismo. Em entrevista ao Estado, o congressista afirma que "a grande disputa de 2026 será entre democratas e autocratas, não entre direita e esquerda". Randolfe afirma que o governo Lula precisa atuar para conter o avanço do Congresso sobre o Orçamento federal, que aprovou para 2025 R\$ 50,4 bilhões em emendas parlamentares. "Hoje, 20% das receitas discricionárias da União estão sob responsabilidade do Congresso. O papel do Executivo é não permitir que haja um avanço maior do Legislativo sobre a peça orçamentária." A seguir, os principais trechos da entrevista:

Ao projetar o cenário para 2026, o senhor enxerga a disputa eleitoral se dese-

nhando novamente entre Lula e um nome da direita?

A nossa divisão atual não é entre direita e esquerda. O governo do presidente Lula não é um governo de esquerda, é um governo de centro. É um governo de frente ampla. Por isso, o grande desafio da eleição de 2026 está entre aqueles que defendem a democracia como o melhor regime político, ou seja, que defendem os valores dos últimos 200 anos, de um lado, e os autocratas, que querem romper com esses valores, de outro.

Acredita que ainda é possível reverter esse cenário de radicalização?

Essa não é uma circunstância que dependa única e exclusivamente da sociedade brasileira; ela faz parte de um movimento



WILTON JUNIOR/ESTADÃO-11/2/2025

"O papel do Executivo hoje é não permitir que haja um avanço maior do Legislativo sobre a peça orçamentária – o que prejudicaria o próprio funcionamento do Executivo"

Randolfe Rodrigues

Líder do governo no Congresso

global que está em curso. No caso do Brasil, a melhor forma de reunir os brasileiros novamente é o governo atuar de forma republicana.

Como o senhor avalia a atual relação entre Executivo e Congresso?

Eu acho que se processou, sobretudo durante o governo an-

terior, do Bolsonaro, uma deformação do nosso presidencialismo de coalizão. Vendo essa lacuna, esse vácuo, por óbvio, o Legislativo avançou sobre o orçamento, criando um espaço maior para interferir no orçamento público. Hoje, 20% das receitas discricionárias da União estão sob responsabilidade do Congresso. Esses recursos estão sendo executados pelo Legislativo. Isso, em relação ao presidencialismo como nós conhecemos, é, de fato, uma distorção. O papel do Executivo hoje é não permitir que haja um avanço maior do Legislativo sobre a peça orçamentária – o que prejudicaria o próprio funcionamento do Executivo e criaria também uma nova distorção no nosso presidencialismo de coalizão.

Esse é o modelo de governabilidade, então?

Optou-se por um modelo de governabilidade em que o Executivo, na prática, abria mão do orçamento, dando origem ao que outrora foi chamado de orçamento secreto e à situação atual. Qualquer modificação do sistema de governo não pode, hoje, ser feita por decisão do Parlamento. Se assim fosse, o Parlamento estaria sequestrando uma decisão que emana da vontade popular. ●

O Estado de São Paulo

Supremo

Por 'reciprocidade', Moraes nega à Espanha pedido de extradição

Ministro do Supremo suspende concessão de recurso requisitado por país europeu, que negara extradição de blogueiro bolsonarista

LUCAS KESKE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu suspender a extradição de um cidadão búlgaro como resposta à negativa, pela Espanha, de extradição do blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio. Para o ministro, a negativa em extraditar Eustáquio feriu o princípio da reciprocidade do tratado de extradição vigente entre as nações.

"A decisão do Poder Judiciário Espanhol, datada de 14 de abril de 2025 que indeferiu a extradição instrutória de Oswaldo Eustáquio Filho, obsta a continuidade do presente procedimento, em face do desrespeito

ao requisito de reciprocidade entre Brasil e Espanha", escreveu Moraes.

Eustáquio é investigado no Brasil por crimes como ameaça, perseguição, incitação ao crime, associação criminosa e tentativa de abolir, por meios violentos, o estado democrático de direito.

Na decisão, Moraes oficiou o Ministério da Justiça e das Relações Exteriores, para dar transparência à representação diplomática do governo da Espanha. O ministro intimou os advogados do caso e o embaixador da Espanha no Brasil. O relator deu prazo de cinco dias para que a Espanha, por meio de seu embaixador, preste informações comprovando o requisito da reciprocidade, sob pena de recusa do pedido de extradição do cidadão búlgaro.

'MOTIVAÇÃO POLÍTICA'. A Justiça da Espanha negou o pedido do governo brasileiro para extraditar Oswaldo Eustáquio, de



@OSWALDO_EUSTAQIUD46 VIA INSTAGRAM

Blogueiro Oswaldo Eustáquio teve extradição negada pela Espanha

46 anos, na última segunda-feira. A decisão, da 3ª Seção Penal da Audiência Nacional, diz que os fatos atribuídos a Eustáquio teriam "evidente ligação e motivação política", o que impediria sua entrega ao Brasil com base no tratado entre os países. "A extradição deve ser declarada improcedente, por nos depa-

ramos com condutas com evidente ligação e motivação política, uma vez que são realizadas no quadro de uma série de ações coletivas de grupos que apoiam o sr. Bolsonaro, ex-presidente da República Federativa do Brasil e oposição ao atual presidente, sr. Lula da Silva", diz o documento espanhol.

Enquanto aguarda uma resposta formal do governo espanhol, comandado por Pedro Sánchez, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Moraes determinou que a prisão preventiva de Vasil Georgiev Vasilev seja convertida em prisão domiciliar, com a utilização de tornozeleira eletrônica. Vasilev foi preso em 18 de fevereiro de 2025, no Estado de Mato Grosso do Sul. Em 7 de abril, o ministro do STF solicitou a abertura de prazo de dez dias para a apresentação de defesa escrita por parte dos advogados do extraditando. Na prática, o processo dele fica congelado com a mais recente decisão.

"Em matéria extradicionária, é pacífico o entendimento do Supremo no sentido da exigibilidade da reciprocidade pelo país requerente, sendo que, a ausência deste requisito obsta o próprio seguimento do pedido", escreveu Moraes na decisão.

O texto cita a exigência de reciprocidade prevista na Lei de Migração (13.445/2017) e no Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha (Decreto nº 99.340, de 1990). ●

EX-PRIMEIRA-DAMA DO PERU CHEGA A BRÁSLIA APÓS ASÍLO DO GOVERNO LULA, NA PÁG. A14

O Estado de São Paulo

Forças Armadas

Tomás Paiva alerta para a ampliação dos investimentos militares no mundo

Para comandante do Exército, País precisa estar preparado para enfrentar 'ameaças híbridas, difusas e multidimensionais'

BRASÍLIA

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou ontem que o aumento dos investimentos em defesa no cenário internacional sugere que o Brasil tenha "atenção redobrada" em relação à proteção dos brasileiros. Segundo ele, a Defesa nacional precisa estar preparada para enfrentar "ameaças híbridas, difusas e multidimensionais". Em sua avaliação, o mundo passa por uma "transformação rápida e profunda" em suas estru-

ras geopolíticas tradicionais.

"Voltando nossos olhares para o cenário internacional, podemos verificar que o mundo passa por uma transformação rápida e, ao mesmo tempo, profunda em suas estruturas geopolíticas tradicionais. Os investimentos em defesa vêm crescendo exponencialmente em todas as regiões do globo, uma realidade que sugere ao nosso País atenção redobrada em relação à proteção dos brasileiros e dos ativos consagrados pela Constituição", disse.

O general discursou durante cerimônia em alusão ao Dia do Exército, no Quartel-General em Brasília, evento que contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A data é comemorada no próximo sábado, dia 19.

"A Defesa nacional precisa



Tomás Paiva e o presidente Lula na cerimônia do Dia do Exército

estar preparada para enfrentar ameaças híbridas, difusas e multidimensionais, que não se manifestam claramente como os conflitos convencionais do passado", completou ele.

'LADO A LADO'. Na sua fala, Tomás Paiva afirmou que a diplomacia ativa e as Forças Armadas devem caminhar "lado a lado" para garantir a independência nacional, promover a igualdade soberana entre as nações e contribuir para a solução pacífica dos conflitos internacionais.

A declaração do general ocorre em meio aos investi-

mentos de líderes europeus para reerguer seus exércitos. Os gastos são vistos como necessários para preparar a Europa para os perigos de um mundo em que os Estados Unidos, sob comando do presidente Donald Trump, não garantem mais sua segurança.

'CONEXÃO'. Tomás Paiva citou alguns exemplos de aquisições recentes das Forças Armadas, como radares de vigilância terrestre, sensores imprescindíveis ao controle de setores territoriais, incluindo a faixa de fronteira, novos fuzis e rádios portáteis e veiculares. "Dessa forma, o Exército, brasileiro igual a você, reforça diuturnamente sua conexão com a sociedade. Somos parte do povo brasileiro, compartilhamos dos mesmos valores, sonhos e desafios", disse.

O general afirmou ainda que os integrantes das Forças "não estão apartados da população".

Desde que assumiu seu terceiro mandato, Lula tem marcado presença na cerimônia. Em 2023, o fato ocorreu em meio à revelação de um novo episódio envolvendo os ataques golpistas do 8 de Janeiro que culminou no pedido de demissão do então ministro do GSI, Gonçalves Dias. ● SOFIA

AGUIAR

Para lembrar

Militares projetam busca por soluções autônomas

Mundo mais 'bélico'

O Estadão mostrou em fevereiro que, num cenário de mundo cada vez mais "bélico", com países elevando gastos em segurança e a volta de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, militares brasileiros já projetam a busca por soluções mais autônomas em relação a potências extrarregionais

Folha de São Paulo

Líder do PL afirma que Bolsonaro dará aval a novo texto da anistia do hospital

Ex-presidente está na UTI desde domingo, quando fez nova cirurgia do abdômen

Marianna Holanda

BRASÍLIA O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que Jair Bolsonaro (PL) vai dar aval ao novo texto do projeto de lei que anistia presos do 8 de janeiro mesmo do hospital.

O ex-presidente está internado desde a semana passada, após realizar nova cirurgia no abdômen. De acordo com o boletim divulgado pelo hospital DF Star nesta quarta-feira (16), ele tem boa evolução clínica, mas continua sem previsão de alta da UTI (Unidade de Tratamento Intensivo). Sóstenes disse que o quadro de saúde do ex-presidente não afeta em nada as articulações pelo projeto na Câmara e que Bolsonaro já está até mesmo disparando WhatsApp da UTI.

"Ele já deixou tudo pavimentado. A palavra final é dele do texto, mas quando estiver pronto, bato com ele. Se não puder visitar no hospital, posso mandar por WhatsApp ou pela Michelle [Bolsonaro]", disse o líder.

A equipe médica mantém a interdição de visitas a Bolsona-

Deputado fala sobre anistia com Braga Netto

O deputado Sóstenes Cavalcante visitou na terça (15) o general Walter Braga Netto, que está preso desde dezembro em unidade militar no Rio.

O parlamentar orou e conversou sobre o projeto de lei que concede anistia aos acusados do 8 de janeiro.

Sóstenes foi o primeiro de 24 parlamentares que receberam autorização para visitar o oficial, que foi ministro e vice na chapa de Bolsonaro.

"Ele está numa sala pequena, com cama, TV de sinal aberto, banheiro. Toma uma hora de sol por dia e faz uma hora de exercício, até emagreceu", afirmou o deputado.

ro, até o momento. Ele publicou uma foto nas suas redes sociais nesta quarta em que aparece lendo um documento, mas não é possível identificar qual.

Bolsonaro deverá ficar internado pelo menos mais duas semanas e enfrentar restrições no pós-operatório por um período de dois a três meses.

No domingo (13), ele passou por uma cirurgia de 12 horas para desobstrução intestinal, procedimento que correu bem, segundo seus médicos, e foi o mais longo dos já realizados desde que o ex-presidente levou a facada na campanha eleitoral de 2018.

Como mostrou a *Folha*, Bolsonaro mandou o PL estudar alternativas para tornar o texto do projeto de lei da anistia a presos no 8 de janeiro mais enxuto. Técnicos estão ainda trabalhando na nova proposta, que deve ser finalizada na próxima semana.

Essa seria uma forma de diminuir resistências ao projeto na Casa, segundo interlocutores. Uma avaliação geral dos deputados é de que as penas impos-

tas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) teriam sido duras, mas que é preciso punir quem tenha depredado as sedes dos três Poderes.

O pedido ocorreu após conversa de Bolsonaro com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), no último dia 9. O encontro ocorreu fora da agenda, apenas entre os dois, e foi cercado de sigilo.

Além dos condenados do 8 de janeiro, o relatório atual do projeto prevê também anistia aos responsáveis por atos pretéritos e futuros relacionados aos ataques à sede dos três Poderes, o que é visto como brecha para beneficiar o ex-presidente.

Não está claro como o projeto seria alterado, nem se Bolsonaro e réus acusados de liderar a trama golpista estariam incluídos. Mas aliados do ex-presidente avaliam que, caso ele não seja contemplado desta vez, a aprovação da proposta de alguma forma ajudará seu caso no STF.

O PL protocolou o requerimento de urgência com 262 assinaturas na última segunda (14). Com

isso, o partido pode pleitear que a análise do texto seja feita diretamente no plenário. Mas a palavra final cabe a Motta.

O presidente da Câmara falou sobre o tema pela primeira vez na terça (15). Em uma publicação no X, disse que não decidirá sozinho sobre o projeto de lei que anistia presos pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 e pode se estender a outros envolvidos na trama golpista. Ele indicou que levará a proposta para discussão no colégio de líderes.

Com a declaração, o presidente da Casa busca dividir com os líderes a responsabilidade de pautar ou não o requerimento de urgência do projeto, que tem apoio de bolsonaristas e a resistência do STF e do governo Lula (PT).

Aliados de Motta esperam que o Palácio do Planalto intensifique sua atuação pela retirada de apoio de parlamentares da base governista à proposta. O objetivo do presidente da Câmara, nesse sentido, seria cobrar também do governo a responsabilidade para impedir que o projeto avance na Casa.

"Democracia é discutir com o Colégio de Líderes as pautas que devem avançar. Em uma democracia, ninguém tem o direito de decidir nada sozinho. É preciso também ter responsabilidade com o cargo que ocupamos, pensando no que cada pauta significa para as instituições e para toda a população brasileira", afirmou em rede social.

Folha de São Paulo

Antes de valer, anistia ao 8/1 teria que passar por Motta, Câmara, Senado, Lula e STF

Pedido de urgência protocolado pelo PL ajuda a acelerar tramitação na Câmara, mas proposta ainda tem longo caminho para ser aprovada

Júlia Barbon

SÃO PAULO O PL, partido de Jair Bolsonaro, conseguiu nesta semana assinaturas suficientes para protocolar um pedido de urgência para a análise do projeto de lei que anistia os participantes de atos golpistas. Até que viresse realidade, porém, o texto tem um longo caminho pela frente.

Entenda o projeto e os próximos passos da sua tramitação:

*

O que diz o projeto de anistia?

O pedido de urgência apresentado se refere a um projeto de lei de 2022, do então deputado Major Vitor Hugo (PL-GO), que propõe anistia a todos que tenham participado de atos "do dia 30 de outubro de 2022 [data do segundo turno, incluindo protestos em rodovias e quartéis] ao dia de entrada em vigor" da lei.

No entanto, foram apresentadas outras seis propostas ao texto, ampliando a discussão. Parte dos deputados defende usar como referência um parecer de 2024, do então relator Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), que expandia a anistia a todos os atos passados e futuros ligados aos ataques às sedes dos três Poderes.

A pedido de Bolsonaro, o PL agora estuda uma nova versão mais branda do texto, que possivelmente restrinja o perdão aos condenados pelos atos de 8 de janeiro, para convencer Motta a pautar a urgência da proposta.

Deputados que assinaram o requerimento o fizeram "no escuro", ainda sem saber ao certo o teor da proposta. Há diferentes entendimentos, por exemplo, sobre quais crimes, qual período e quem exatamente o texto deve abarcar, incluindo o ex-presidente, que é réu no STF (Supremo Tribunal Federal).

Quais são os próximos passos?

1 Pedido de urgência

O PL conseguiu reunir 262 assinaturas (eram necessárias 257) e apresentou na segunda-feira (14) o requerimento de urgência do projeto na Câmara dos Deputados. A urgência permite que as matérias tramitem mais rápido, indo direto ao plenário, sem precisar passar pelas comissões da Casa, onde o andamento poderia se alongar.

2 Decisão de Motta

Agora, o presidente da Câmara precisa decidir se pauta ou não a votação do pedido de urgência pelo plenário. Ele já indicou que não decidirá sozinho e que pretende levar a discussão para o colégio de líderes, cu-



Bolsonaristas são detidos após ataque do 8/1 Amanda Perobelli - 8.jan.23/Reuters

ja próxima reunião deve ocorrer no dia 24 de abril, após os feriados de Páscoa e Tiradentes.

3 Votação da urgência

Para ser aprovado, o requerimento de urgência precisa ser acatado, novamente, por no mínimo 257 dos 513 deputados.

4 Debate na Câmara

Motta então indicará um relator para a proposta, que apresentará um novo texto ao plenário a partir das negociações na Casa — como mostrou a **Folha**, Rodrigo Valadares é cotado, mas não é o único nome. A aprovação exige a presença de ao menos 257 deputados e o apoio da maioria deles.

5 Debate no Senado

Se aprovado na Câmara, o projeto de lei seguirá para o plenário do Senado, onde também precisa ser aprovado pela maioria dos presentes, com quórum mínimo de 41 senadores. Se houver mudanças, posteriormente o plenário da Câmara analisará apenas as alterações, podendo mantê-las ou recuperar o texto original.

6 Análise do presidente

Lula então tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar a lei, caso aprovada nas duas Casas. Se ele vetar o texto inteiro ou apenas alguns trechos, os vetos voltarão para análise no Congresso Nacional que, em sessão conjunta, avalia se derruba ou mantém o entendimento do presidente.

7 Papel do STF

Depois de ser aprovada e entrar em vigor, a lei de anistia ainda pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal, que avaliará se ela está de acordo com a Constituição ou não.

Motta deve pautar o pedido de urgência?

O presidente da Câmara está numa saia-justa entre o compromisso que firmou com o PL, de pautar a urgência caso o partido conseguisse as assinaturas necessárias, e com integrantes do governo e do Supremo, que avaliam que o projeto de anistia poderia abrir uma crise institucional.

Nesta terça-feira (15), ele indicou que levará a proposta para discussão no colégio de líderes para diluir a responsabilidade. Até a última sexta-feira (11), Motta negociava com Lula, lideranças políticas e ministros do STF uma alternativa ao projeto de anistia, ainda sem um formato definido.

Para frear a pressão bolsonarista, seus aliados também esperam que o Planalto intensifique sua atuação pela retirada de apoio de congressistas da base governista à proposta — o governo já havia conseguido 20 dissidências ao pedido de urgência quando o PL mudou de estratégia e antecipou a apresentação do requerimento.

Adversários de Bolsonaro lembram que não há obrigação de Motta dar seguimento imediato ao pedido de urgência assinado. Dizem que há outras 2.000 propostas com requerimentos de urgência apresentados na fila para tramitação.

Quem apoiou o pedido de urgência?

Mais da metade das 262 assinaturas de deputados para o pedido de urgência veio de partidos da base do governo Lula. No grupo governista, os que mais demonstraram adesão foram o PP — a pedido do presidente do partido, o senador Ciro Nogueira — e o União Brasil, que negociou o deputado Pedro Lucas Fernandes (MA) como ministro das Comunicações.

Folha de São Paulo

Deputado de SP inclui 'jabuti' para abrigar assessor de presidente do TCE

Autor de emenda diz que houve engano, mas mantém plano de atender servidor

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO Um projeto de lei em tramitação na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) sobre carreiras na educação ganhou uma emenda sem relação com a proposta original visando uma encomenda pontual: efetivar a transferência de um assessor do presidente do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado) a meses da saída do conselheiro da corte.

O "jabuti" (que, no jargão político, se refere à inserção de algo desvinculado da proposta) foi assinado pelo deputado estadual Eduardo Nóbrega (Podemos), integrante da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde ocorre a análise dos aspectos legais e jurídicos dos projetos.

Relator, ele deu parecer favorável à aprovação do projeto inicial, de autoria da deputada estadual Professora Bebel (PT), e sugeriu a emenda para a transferência do servidor. Questionado, ele afirmou ter havido um engano de

sua assessoria jurídica, mas mantém os planos de atendimento ao funcionário do TCE-SP por meio de algum outro projeto.

O alvo da movimentação é Wilson Canhedo Junior, funcionário da Procuradoria-Geral do Estado cedido à corte de contas. Wilson exerce a função de assessor e está lotado no gabinete do presidente Antonio Roque Citadini, que está a cinco meses de completar 75 anos, limite de idade para a aposentadoria compulsória.

O cargo de origem de Wilson na PGE é de oficial administrativo, de nível intermediário, com salário inicial de R\$ 3.432,26. Como assessor no TCE-SP, ele recebe R\$ 41.634,01, mais vantagens.

Indagado, o TCE-SP diz que Wilson foi colocado à disposição do tribunal e está lotado no gabinete de Citadini desde 2007. Diz ainda que eventual aprovação da emenda "não implicará qualquer modificação em relação à remuneração atualmente percebida".

O servidor passaria a pertencer



O servidor Wilson Canhedo Junior Reprodução Chapa + Corinthians no X

cer ao quadro de pessoal efetivo da corte de contas como oficial administrativo e "continuará exercendo o cargo em comissão de Assessor Técnico Procurador".

"Como é um servidor do estado que está há quase 18 anos em um órgão, para mim atende muito mais ao interesse da administração, pelos conhecimentos específicos adquiridos, que ele continue", afirma o autor da emenda.

A proposta foi emendada ao projeto de Bebel, que trata de carreiras de profissionais de educação e que fala em corrigir uma distorção de resolução que, segundo ela, vem sendo usada para exonerar diretores. Questionada, a deputada disse que não teve conhecimento sobre a emenda.

O deputado disse que sua assessoria jurídica avaliou que a emenda deveria ser apresentada em uma discussão de readequação administrativa, como no projeto de Bebel, mas que, depois de reavaliação, consideram ter sido um enquadramento inadequado.

Nóbrega diz que vai suprimir a emenda para apresentá-la em outro projeto. Já existe, porém, outra proposta de Nóbrega sobre a corte que também trata da transferência do mesmo servidor.

Ele disse que tomou conhecimento da situação "de algumas sugestões que vieram do Tribunal de Contas", mas negou que tenha sido de Citadini.

Folha de São Paulo

Governo vê falta de verba para cumprir pisos de saúde e educação já em 2027

Reinclusão de precatórios no arcabouço tira espaço das demais despesas e pode virar problema em plena eleição de 2026

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou que faltará verba no Orçamento para cumprir os pisos de saúde e educação já em 2027, em mais um indicio do risco de insustentabilidade do arcabouço fiscal e de apagão nas políticas públicas.

As projeções do PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026 mostram que a reinclusão integral das despesas com sentenças judiciais nas regras fiscais deixaria um espaço de apenas R\$ 122,2 bilhões para gastos discricionários (não obrigatórios) em 2027, primeiro ano de gestão do próximo presidente da República.

Desse valor, R\$ 56,5 bilhões ficariam carimbados para emendas parlamentares. A sobra de R\$ 65,7 bilhões, por sua vez, é insuficiente para honrar a complementação necessária para cumprir os pisos, estimada em R\$ 76,6 bilhões.

O saldo negativo de R\$ 10,9 bilhões é um sinalizador da gravidade do quadro, pois só depois de garantir a cobertura das emendas e as aplicações mínimas em saúde e educação viriam as demais despesas não obrigatórias, como os gastos necessários para manter o funcionamento da máquina pública e os investimentos em outras áreas. Não se trata de falta de dinheiro, mas sim de não ter espaço para executar as despesas seguindo as regras incorporadas à legislação para garantir a sustentabilidade fiscal e evitar o endividamento excessivo do país.

Nesta terça-feira, o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, reconheceu que, seguindo as normas atuais, as políticas públicas ficariam comprometidas já a partir de 2027. "O valor [disponível] não comporta todas as necessidades do Poder Executivo", afirmou Montes em entrevista coletiva da terça (16).

Atualmente, uma parcela das sentenças judiciais fica de fora do limite de despesas do arcabouço e da meta fiscal após acordo costurado pelo governo com o STF (Supremo Tribunal Federal), uma forma de regularizar os pagamentos que haviam sido adiados no governo de Jair Bolsonaro (PL). A exceção, porém, tem data para acabar e só vale até o fim de 2026.

A partir de 2027, o governo precisa reincluir essas despesas no arcabouço e na meta de resultado primário.

Técnicos do governo alertam, porém, que este não é um problema para o próximo presidente da República, mas sim para a atual gestão. Em agosto de 2026, às vésperas da campanha, o Executivo terá que enviar ao Congresso a proposta de Orçamento de 2027.

Problema semelhante foi vivido por Bolsonaro em 2022. Sem espaço para acomodar despesas já contratadas e promessas de campanha, Guedes enviou o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2023 com cortes em várias políticas públicas, como o programa Farmácia Popular, e sem recursos suficientes para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 600 por família.

Os cortes generalizados foram explorados por seus adversários na eleição, incluindo Lula — que, uma vez eleito, obteve apoio no Congresso Nacional para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para elevar o teto de gastos e descomprimir as despesas discricionárias.

Até agora, o governo ainda não deu uma sinalização concreta de como o problema será resolvido. Segundo Montes, as conversas ainda nem começaram.

"No momento não tem a discussão no que se refere à manutenção [da exceção] ou do envio de uma legislação [para propor uma nova regra para precatórios]", disse o secretário.

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, disse que as sentenças judiciais não estão em trajetória explosiva, mas reconheceu que o fim da exceção pactuada com o STF cria dificuldades e afirmou que o Executivo agirá para resolver a questão. "Não dá para olhar para essas projeções e imaginar que governo está de mãos amarradas. O governo trabalha a todo momento para entregar soluções."

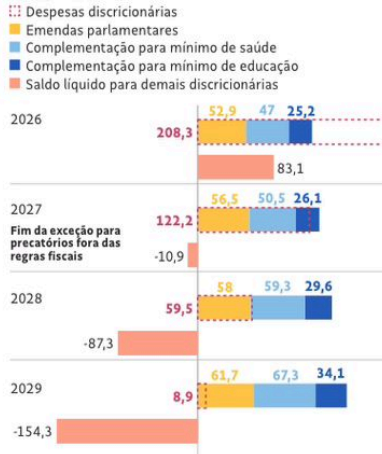
Nesta quarta-feira (16), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) reforçou que o governo ainda não abriu as conversas em torno do tema, mas afirmou que o problema precisará ser debatido inclusive com o Judiciário.

"Teve um salto muito grande no governo Bolsonaro. Quase dobrou o valor dos precatórios. Para um país que está precisando fazer um ajuste nas contas, é um desafio grande. São coisas novas, não existiam no passado recente. O volume de precatórios, o volume de emendas. Tem muitas coisas que

Despesas discricionárias

Custeio e investimentos perdem espaço com reinclusão de precatórios sob limite de gastos

Valores, em R\$ bilhões



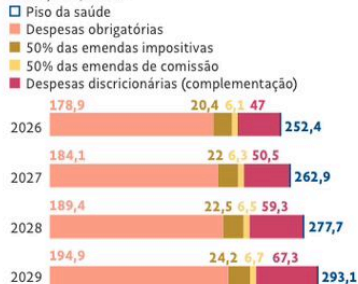
Evolução das emendas parlamentares

Valores, em R\$ bilhões



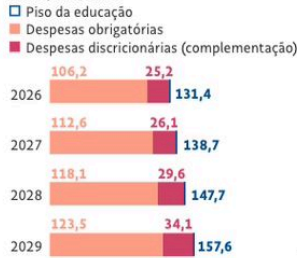
Raio-X do mínimo de saúde

Valores, em R\$ bilhões



Raio-X do mínimo de educação

Valores, em R\$ bilhões



Fonte: PLDO 2026

precisam ser conversadas", disse a jornalistas no Rio de Janeiro.

No cenário fiscal traçado no PLDO de 2026, o governo ainda teria recursos suficientes para executar suas políticas no ano que vem. O espaço para as despesas discricionárias é calculado em R\$ 208,3 bilhões, dos quais R\$ 53 bilhões iriam para emendas parlamentares.

Outros R\$ 72,2 bilhões seriam direcionados à complementação para os pisos de saúde e educação. Ainda restaria uma margem de R\$ 83,1 bilhões para o Executivo tocar a máquina e fazer investimentos.

Por outro lado, se em 2027 a situação já fica insustentável, nos anos seguintes ela se deteriora ainda mais.

Em 2028, a chamada margem líquida para gastos não obrigatórios (que mede o espaço após descontar emendas e pisos) seria negativa em R\$ 87,3 bilhões. Há ainda outra maneira de encerrar os números: tirando o que fica carimbado para emendas, sobriam apenas R\$ 1,6 bilhão para fazer frente a uma necessidade de R\$ 88,9 bilhões para cumprir os mínimos de saúde e educação.

Em 2029, não há nem sequer espaço para as emendas. No total, descontando as verbas parlamentares e os pisos, a margem líquida seria negativa em R\$ 154,3 bilhões.

Previsão inflada

Após a repercussão das estimativas, técnicos do governo afirmaram à reportagem, sob reserva, que as projeções podem sofrer mudanças. Há uma percepção dentro do Executivo de que o fim da regra de exceção autorizada pelo STF induziu a ampliação das sentenças judiciais — a conta total chegou a R\$ 116 bilhões, como antecipou a Folha.

Uma previsão ancorada nesse ponto de partida estaria, por esse raciocínio, potencialmente inflada. Segundo um técnico, é como se o passado não explicasse necessariamente o futuro.

De acordo com os relatos, a equipe econômica abriu uma discussão com a AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a possibilidade de que os números verdadeiros sejam menores do que os apresentados — que indicam uma fatura total de R\$ 124,3 bilhões em 2027, R\$ 132 bilhões em 2028 e R\$ 144 bilhões em 2029.

Um dos interlocutores ressaltou, porém, que esse debate sobre a projeção não elimina a necessidade de discutir estratégias para mitigar o problema no futuro.

A solução dada para o impasse sobre os precatórios pode tirar pressão sobre os limites do arcabouço fiscal, mas seus efeitos sobre a dívida pública ainda são uma incógnita.

Na terça-feira, as projeções apresentadas pelo governo já indicam um aumento da dívida bruta em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). A relação, que ficou em 76,5% do PIB em 2024, ultrapassaria os 80% já no ano que vem e alcançaria o pico de 84,2% do PIB em 2028. Depois, cairia lentamente, mas se manteria acima do patamar de 80% do PIB até 2035, pelo menos.

Cotidiano

Veículo
Nova Imprensa



Tamoios espera 135 mil veículos rumo ao litoral para feriadão de Páscoa e Tiradentes

O Litoral Norte deve receber pelo menos 135 mil veículos para o feriadão que inclui a sexta-feira santa, páscoa e Tiradentes. O levantamento é da Concessionária Tamoios, que prepara operação especial para evitar engarrafamentos nas rodovias entre os dias 18 e 21 de abril de 2025.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Nova Imprensa



Moradores organizam manifestação contra duplicação da Rio-Santos

Moradores e comerciantes dos bairros Massaguaçu, Jetuba, Capricórnio, Cocanha e Tabatinga, em Caraguatatuba, programaram uma manifestação para o dia 23 de abril, às 16h30. Eles protestam contra o projeto da Concessionária Tamoios que visa a duplicação da rodovia Rio-Santos (SP-55), à beira-mar. O plano contempla trecho de 40 km entre Caraguatatuba e Ubatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Confira resultado do chamamento para food trucks durante festividades de aniversário de Caraguatatuba

Está disponível o resultado do Edital de Chamada Pública nº 014/2025, que trata do credenciamento de food trucks, food karts e bikes para atuação durante os eventos comemorativos ao Aniversário de 168 anos de Caraguatatuba, entre os dias 17 e 21 de abril, em três pontos turísticos da cidade, Praça da Cultura, Complexo Turístico do Camaroeiro e Deck do Massaguaçu.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Cursos gratuitos em parceria com Etec de Almoхарife e Estoquista e Recepção e Atendimento têm início

Uma oportunidade de qualificação para ingressar no mercado de trabalho ou reciclagem para os empregados. Esse é o objetivo dos cursos gratuitos oferecidos pelo governo municipal em parceria com Escola Técnica Estadual e Programa de Qualificação profissional básica do Centro Paula Souza (Etec) para jovens e adultos, que iniciaram nesta terça-feira (15) em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Cursos, capacitações e parcerias institucionais marcam primeiros 100 dias da Secretaria de Governo

Curso, capacitações, parcerias institucionais, entre outras ações marcaram os primeiros 100 dias de trabalho da Secretaria de Governo de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Rodovia dos Tamoios contará com operação para Sexta-feira Santa e Tiradentes

Feriados celebrados sexta (18) e segunda (21) devem movimentar a rodovia
A Concessionária Tamoios realizará operação especial para a Sexta-feira Santa e o feriado de Tiradentes. A Sexta-feira Santa será celebrada na sexta (18) e Tiradentes na segunda (21). A expectativa é que cerca de 135 mil veículos trafeguem pela Rodovia dos Tamoios no período de 18 a 21 de abril de 2025.
Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Serramar Shopping divulga programação especial de Páscoa, com caça aos chocolates e atividades infantis

O coelhinho da Páscoa já tem data marcada para sua passagem no Serramar Shopping, em Caraguatatuba. Entre os dias 18 e 20 de abril, o estabelecimento estará repleto de atividades temáticas e gratuitas, para toda a família, com muita magia e encanto.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Ubatuba Times

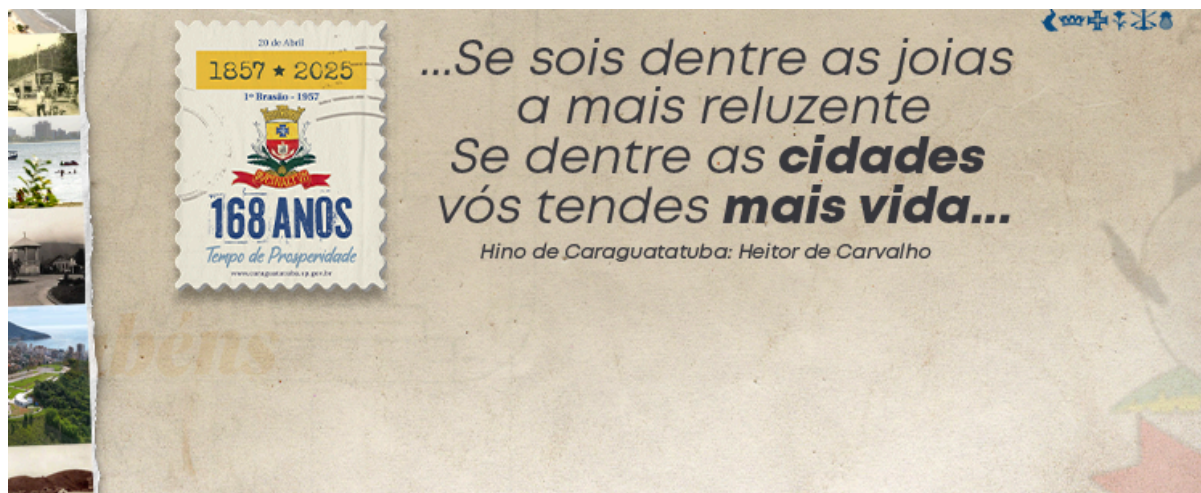


Município assegura continuidade dos exames de tomografia para pacientes em Caraguatutuba

A assistência em exames de tomografia para os pacientes de Caraguatutuba está mantida, mesmo com o encerramento do contrato entre a organização social João Marchesi e a empresa Eikon Care, responsável pela operação do serviço.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Programação Aniversário da Cidade



Caraguatatuba completa 168 anos de Emancipação e divulga Programação de Aniversário

Caraguatatuba faz aniversário e o governo municipal preparou uma programação especial para comemorar os 168 anos de emancipação político-administrativa.

A programação inclui eventos oficiais, além de muito esporte, cultura e atrações musicais.

Destaque para os shows de Bruna Viola (19 de abril), Nando Reis (20 de abril) e Xande de Pilares (21 de abril), sempre às 21h, na Praça da Cultura, no centro. A entrada é gratuita.

No dia 18 de abril (sexta-feira), às 21h, ocorre a 15ª Encenação da Paixão de Cristo de Caraguatatuba, no Mirante do Camaroeiro. A entrada é um ingresso solidário de 1k de alimento não perecível, que será destinado ao Fundo Social de Caraguatatuba.

O hasteamento dos pavilhões ocorre no dia 20 de abril, dia do aniversário da cidade, às 8h, no Teatro Mário Covas, no Indaiá. Mais tarde, às 9h30, está prevista uma coletiva de imprensa para a prestação de contas dos 100 dias de governo.

No esporte, tem a tradicional Corrida de Aniversário da Cidade (prova de 5 km) no dia 19 de abril com largada na Praça da Cultura, no centro, às 17h55. As inscrições serão lançadas em breve.

No domingo (20), às 9h, tem o Torneio de Futebol de Campo Amador e às 16h a final da Copa Nova Liga de Futebol de Campo.

Muita cultura também com as exposições de 'Edna Lins – Tributo', 'terra terreno território – Dani Sandrini' e 'Loucuras de Goya' no Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba (Macc). A visitação é de 19 de abril a 26 de junho, de terça a sexta-feira, das 10h às 18h, e aos sábados, das 10h às 20h. A classificação é livre e a entrada é gratuita.

Confira a programação completa do aniversário de 168 anos de emancipação político-administrativa de Caraguatatuba

18 de abril (sexta-feira)

21h – 15ª Encenação da Paixão de Cristo de Caraguatatuba

Local: Mirante do Camaroeiro | Rua José Vieira da Mota, Prainha

Classificação: Livre

Entrada gratuita (o ingresso solidário é 1k de alimento não perecível destinado ao Fundo Social de Caraguatatuba)

19 de abril (sábado)

9h – Festival de Canoagem e Canoa Havaiana (VA'A)

10h – Vivência de Vela

Local: Praia do Centro

17h55 – Corrida de Aniversário da Cidade (5 km)

Local: Praça da Cultura | Centro

21h – Bruna Viola

Local: Praça da Cultura | Centro

Entrada gratuita

20 de abril (domingo)

9h – Torneio de Futebol de Campo Amador

16h – Final da Copa Nova Liga de Futebol de Campo

Local: Centro Esportivo Municipal Ubaldo Gonçalves (Cemug) | Jardim Britânia

17h – Mundo de Kaboo

Local: Praça da Cultura | Centro

20h – Espetáculo teatral

Local: Teatro Mario Covas | Av. Goiás, 187, Indaiá

21h – Nando Reis

Local: Praça da Cultura | Centro

21 de abril (segunda-feira)

9h – Remadão no Rio Juqueriquerê

Local: Rio Juqueriquerê

17h – Espetáculo para crianças

Local: Teatro Mario Covas | Endereço: Av. Goiás, 187, Indaiá

21h – Xande de Pilares

Local: Praça da Cultura | Centro

De 19 a 26 de abril

Exposições

‘Edna Lins – Tributo’ | ‘terra terreno território – Dani Sandrini’ | ‘Loucuras de Goya’

Local: Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba (Macc) | Praça Dr. Cândido Motta, 72, centro

Visitação: De 19 de abril a 26 de junho

De terça a sexta, das 10h às 18h | aos sábados, das 10h às 20h

Classificação: Livre

Gratuito

26 e 27 de abril (sábado e domingo)

9h – Festival de Voo Livre ‘Auracy Manzano’

Local: Praia do Centro

Divulgação dos Artistas

Bruna Viola



Assista o vídeo completo [aqui](#).

Nando Reis



Assista o vídeo completo [aqui](#).

Bicho de Pé



Assista o vídeo completo [aqui](#).

Originais do Samba



Assista o vídeo completo [aqui](#).

Geral

Veículo
TV Thati



Polícia Civil faz operação para prender suspeitos de homicídios em Caraguatatuba

A Polícia Civil cumpre, na manhã desta quinta-feira (17), mandados de prisão contra suspeitos de envolvimento em quatro homicídios registrados em Caraguatatuba entre os dias 4 de março e 4 de abril deste ano. Os crimes foram todos esclarecidos pelo 1º Distrito Policial do Porto Novo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Vídeos Promocionais



Assista o vídeo completo [aqui](#).



Assista o vídeo completo [aqui](#).

Clipping Eletrônico

21.03.2025

Entrevista com a Presidente do Instituto Surfe, Celia Cristina de Souza, para a TV Câmara.

Pauta: O Instituto Surfê está com vagas abertas para novos atletas.



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Jornal Tempo de Prosperidade

tempo de
Prosperidade

Caraguatatuba, Litoral Norte de São Paulo - Abril de 2025

Prestação de contas dos primeiros 100 dias do **Governo Municipal**

“Caraguatatuba
Bonita
a Reconstrução de
sua beleza Rara”

1 | Prestação de contas dos primeiros 100 dias do **Governo Municipal****Casa em ordem
para progredir**

Nos primeiros 100 dias de governo, a prioridade foi reorganizar a estrutura administrativa de Caraguatatuba. A nova administração enfrentou desafios significativos, mas adotou medidas estratégicas que já resultam em economia e otimização dos serviços.

Uma das principais iniciativas foi a revisão de contratos, que reduziu custos em até 50%. Um exemplo foi a renegociação do aluguel de caminhões, anteriormente contratados a R\$ 70 mil cada, agora ajustados para R\$ 32 mil. Esse rigor financeiro se estende a todas as secretarias e assegura a aplicação eficiente dos recursos públicos.

*tempo de*
ProsperidadeAcesse o jornal completo [aqui](#).